

TERMO DE REFERÊNCIA 049/2025/SAAE

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Em atendimento às normas legais de contratações públicas, especialmente à **Lei nº 14.133/21**, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos, o presente **Termo de Referência** tem por finalidade normatizar, disciplinar e definir, através dos procedimentos legais e pertinentes, os elementos que nortearão o procedimento licitatório para contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos condicionadores de ar instalados nas dependências do Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE de Vilhena/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas **neste Instrumento** e seus anexos.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

2.1.1. O presente **Termo de Referência** é parte integrante do **Processo Administrativo nº 219/2025** e ficará disponível aos interessados para consulta, assegurando-se, assim, o direito fundamental de acesso à informação em atendimento aos princípios básicos da Administração Pública.

2.2. ÁREA REQUISITANTE/RESPONSÁVEL:

2.2.1. Órgão: Serviço Autônomo de Águas e Esgotos – SAAE.

2.2.2. Departamento: Almoxarifado.

2.2.3. Responsável: Anderson Batista Nichio – Encarregado de Patrimônio e Almoxarifado – Portaria nº 172/2024.

2.3. OBJETO:

2.3.1. O **objeto** deste **Termo de Referência** é contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos condicionadores de ar instalados nas dependências do Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE de Vilhena/RO.

2.3.2. Descrição pormenorizada do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.
------	-----------	-------



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

1	Serviço de Manutenção Preventiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 9.000 BTU, incluindo a sua Desinstalação/Limpeza/Instalação.	Serv.
2	Serviço de Manutenção Preventiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 12.000 BTU, incluindo a sua Desinstalação/Limpeza/Instalação.	Serv.
3	Serviço de Manutenção Preventiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 18.000 BTU, incluindo a sua Desinstalação/Limpeza/Instalação.	Serv.
4	Serviço de Manutenção Corretiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 9.000 BTU, incluindo a sua desinstalação/Limpeza/Conserto/Instalação.	Serv.
5	Serviço de Manutenção Corretiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 12.000 BTU, incluindo a sua desinstalação/Limpeza/Conserto/Instalação.	Serv.
6	Serviço de Manutenção Corretiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 18.000 BTU, incluindo a sua desinstalação/Limpeza/Conserto/Instalação.	Serv.
7	Serviço de Desinstalação/Instalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 9.000 BTU, Com Material Incluso: Suporte, Tubos de até 1,5 m e fios elétricos de até 2 m, incluindo sua manutenção/Limpeza.	Serv.
8	Serviço de Desinstalação/Instalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 12.000 BTU, Com Material Incluso: Suporte, Tubos de até 1,5 m e fios elétricos de até 2 m, incluindo sua manutenção/Limpeza.	Serv.
9	Serviço de Instalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 9.000 BTU, Com Material Incluso: Suporte, Tubos de até 1,5 m e fios elétricos de até 2 m.	Serv.
10	Serviço de Instalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 12.000 BTU, Com Material Incluso: Suporte, Tubos de até 1,5 m e fios elétricos de até 2 m.	Serv.
11	Serviço de Instalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 18.000 BTU, Com Material Incluso: Suporte, Tubos de até 1,5 m e fios elétricos de até 2 m.	Serv.
12	Serviço de Desinstalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 9.000 BTU.	Serv.
13	Serviço de Desinstalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 12.000 BTU.	Serv.
14	Serviço de Desinstalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 18.000 BTU.	Serv.
15	Valor referente aquisição de produtos e peças de reposição via sistema de desembolso.	Unid.

2.4. NATUREZA DO OBJETO:

2.4.1. A natureza do **objeto** desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme **Decreto Federal n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021**.



2.4.2. A natureza do **objeto** a ser contratado é comum nos termos do **Art. 20º da Lei 14.133/2021**, pois seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste Instrumento, por meio de especificações usuais de mercado

2.4.3. O **objeto** em questão configura-se como serviço contínuo, conforme definido pelo **art. 6º, inciso XV, da Lei n.º 14.133/2021**, uma vez que visa assegurar a manutenção de atividade essencial, cuja natureza se caracteriza por uma necessidade permanente e imprescindível aos usuários dos serviços prestados pela Administração. A continuidade do serviço é, portanto, fundamental para o adequado atendimento e a regularidade das atividades institucionais, atendendo aos princípios de eficiência e eficácia.

2.5. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO:

2.5.1. Preliminarmente, cumpre destacar, que a presente contratação encontra amparo legal na **Constituição Federal de 1988, notadamente no artigo 37, inciso XXI**, que estabelece a obrigatoriedade de licitação para a contratação de serviços e aquisição de bens pela Administração Pública, garantindo a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

2.5.2. O procedimento licitatório será público, privilegiando-se a transparência e a publicidade, vez que não há necessidade de nenhum documento que compõe o processo ser sigiloso.

2.5.3. Considerando o disposto no **art. 6º, Inciso XLI, da Lei Federal n.º 14.133/2021**, a **MODALIDADE DE LICITAÇÃO** escolhida para subsidiar a presente contratação é o **PREGÃO**, instituída como obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cumulada com o **art. 17 [...], § 2º**, que versa sobre a preferencialidade da **FORMA ELETRÔNICA**.

2.5.4. A escolha da modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** oferece uma maior vantagem, por garantir celeridade, maior competitividade, economicidade e transparência. Ainda, a disputa de lances em tempo real possibilita melhores preços e amplia a participação de fornecedores, reduzindo custos administrativos e assegurando lisura ao certame.

2.5.5. Paralelamente o julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério objetivo de **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que perfeitamente exequível e observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos **neste Instrumento**, conforme **Art. 69 do Decreto Municipal 59.677/23**. Além disso, a ampla concorrência resultante desse critério contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas, alinhadas aos princípios que regem o interesse público.



2.5.6. Por se tratar de possível e eventual aquisição de produtos e peças de reposição via sistema de desembolso, o item 15 do lote tem seu valor invariável, pois o mesmo trata-se de valor estimativo para eventual aquisição de produtos e peças de reposição.

2.6. PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:

2.6.1. O prazo de vigência da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, na forma do **artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021**, bem como da publicação dos respectivos extratos no Diário Oficial de Vilhena - DOV.

2.6.2. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, até ao limite de dez anos, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme **artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021**.

2.6.3. O contrato celebrado em virtude desta Licitação poderá ser alterado, nos casos previstos no **art.124 da Lei 14.133/21**.

2.6.4. NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:

2.6.4.1. Após realização **deste Instrumento** verificou-se que não há necessidade de contratação de terceiros para auxiliar os responsáveis pela fiscalização e gestão do futuro contrato, bem como não há necessidade de formação profissional específica dos mesmos, porém ressalta-se que no momento da designação, é importante verificar se os atores possuem conhecimento técnico compatível e suficiente para atestar o cumprimento das exigências estabelecidas.

2.7. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

2.7.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos condicionadores de ar instalados nas dependências do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAA de Vilhena/RO.

2.7.2. A demanda em análise surge da necessidade premente de assegurar a manutenção dos condicionadores de ar do SAAE de Vilhena/RO, assegurando, assim, a preservação do Patrimônio público.

2.7.3. A não contratação poderá gerar prejuízos ao SAAE com a deterioração do Patrimônio público.

2.8. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:



2.8.1. A contratação tem como objetivo manter os aparelhos de ar condicionado do SAAE mantidos e em perfeitas condições de uso proporcionando ao SAAE condições necessárias para oferecer aos seus servidores e usuários um ambiente climatizado bem como a preservação do Patrimônio Público.

2.9. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

2.9.1. A contratação em questão encontra-se inserida no Plano Anual de Contratações do SAAE, conforme descrito abaixo:

PCA (Plano de Contratação Anual) 2025							
CLASSE	CODIGO SUB-CLASSE	SUB-CLASSE	DESCRICAO	SECRETARIA	VALOR	PREVISAO	CLASSIFICACAO
Serviço	8714	Manutenção de Ar Condicionado	Manutenção Ar Condicionado	15	40.000,00	31/12/2025	2

2.9.2. Assim, demonstra o alinhamento entre a contratação e o planejamento desta Autarquia.

2.9.3. O valor acima é inferior ao da pretensa contratação em função de que a contratação em questão terá vigência de dois anos. Segue abaixo a previsão 2026:

PCA (Plano de Contratação Anual) 2026								
Data desejada	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor Orçado	Categoria PCA	Classificação PCA	Und.
31/12/26	126663 - Manutenção de Ar Condicionados	1	40.000,00	40.000,00	40.000,00	2 - Serviço	Serviço	SERV

2.9.4. Encontra-se, ainda, na seguinte classificação da dotação orçamentária:

- ✓ **Órgão:** 15 – Serviço Autônomo de Águas e Esgotos;
- ✓ **Unidade:** 15.001 – Serviço Autônomo de Águas e Esgotos;
- ✓ **Função:** 17 – Saneamento;
- ✓ **Sub Função:** 512 – Saneamento Básico Urbano;
- ✓ **Programa:** 0003 – Apoio Administrativo;
- ✓ **Projeto/Atividade:** 2144 – Manutenção das Atividades da Coordenação do SAAE;
- ✓ **Despesa:** 3.3.90.30 – Material de Consumo; 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;



- ✓ **Desdobramento:** 04 – Gás e Outros Materiais Engarrafados; 25 – Para Manutenção de Bem Móveis; 17 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos;
- ✓ **Fonte de recursos:** 15010000 – Recursos Livres.

2.9.5. Ademais, as dotações orçamentárias para a devida contratação são contempladas pelo **Plano Plurianual – PPA** e pela **Lei Orçamentária Anual – LOA**.

2.10. PRIORIDADE PARA ME/EPP LOCAL OU REGIONAL:

2.10.1. Não se aplica.

2.11. DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO:

2.11.1. Previsão da aplicação da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, mediante a inclusão de cláusula na seguinte forma:

Na forma da Lei Federal nº 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

2.12. ADVERTÊNCIA/ATENÇÃO:

2.12.1. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Vilhena/RO, ADVERTE, a todas as licitantes interessadas, que não hesita em penalizar Pessoas Jurídicas que descumpram com o pactuado. Portanto, as Pessoas Jurídicas interessadas na participação desta licitação, deverão apresentar, durante a sessão, suas propostas e lances de forma clara e consciente, com a certeza de que poderão cumprir com a execução do objeto, da forma como foi determinado em edital e seus anexos e dentro do(s) prazo(s), preço(s) e padrão(ões) de qualidade exigido(s).

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

3.1. O SAAE tem por finalidade oferecer à comunidade de Vilhena/RO os serviços quanto à capacitação e distribuição de água potável e a Coleta de Resíduos Sólidos – RSU. Para isso possui uma sede, com diversas salas e departamentos, inclusive para atendimento ao público.



3.2. É fato que os dias na cidade de Vilhena são caracterizados pelas altas temperaturas, onde se exige que tenhamos um sistema de climatização adequado e que esteja em plenas condições de uso, de forma a manter um ambiente satisfatório para o bom desempenho das atividades diárias por parte dos servidores. Assim, a manutenção preventiva se faz necessária para que os equipamentos sejam mantidos sempre em boas condições de utilização.

3.3. De tal modo espera-se suprir as necessidades pontuais e específicas de manutenção dos aparelhos de ar condicionado do SAAE, visando não só o conforto nas instalações, como também a vida útil de diversos equipamentos, como por exemplo, os de informática.

3.4. A manutenção preventiva é importante ainda para manter em bom estado de conservação os aparelhos de ar condicionado, entendidos como patrimônio desta Autarquia, minimizar as chances de futuros danos aos aparelhos devido à ausência de manutenção, minimizar as chances de proliferação de patologias que possam ser dispersas mediante à má conservação destes equipamentos.

3.5. Considerando que os serviços, objeto desta contratação, são imprescindíveis ao bom desenvolvimento das atividades do SAAE, bem como visando prevenir uma deterioração ainda maior dos bens, a prestação de serviços de que trata este objeto não poderá ser interrompida. Desta forma, a vigência do futuro contrato deverá ser de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (Dez) anos, conforme rege o **Art. 107º da Lei 14.133/2021**.

3.6. Cabe ressaltar que o SAAE não possui pessoal especializado, equipamentos e ferramental necessários para executar este serviço de manutenção preventiva e corretiva bem como de instalação de novos aparelhos se necessário.

3.7. Pelas considerações acima justificamos a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos condicionadores de ar instalados nas dependências do Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE de Vilhena/RO.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada **ao objeto**, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.



4.2. A proposta da empresa deverá conter obrigatoriamente a descrição **do objeto** com todas as especificações mínimas exigidas.

4.3. A proposta da empresa deverá conter obrigatoriamente o valor unitário **do objeto** proposto.

4.4. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço por lote**.

4.5. O licitante deve proporcionar a execução do **objeto** em conformidade com as quantidades, especificações, prazo, local de entrega e demais exigências estabelecidas **neste instrumento e do Edital** e responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do **objeto**, de acordo com os **artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990)**.

4.6. A CONTRATADA se obriga a garantir a qualidade dos produtos e serviços e a substituí-los quando constatado que os mesmos não correspondem ao descrito **no Termo de Referência**.

4.7. A CONTRATADA deverá fornecer garantia pelo prazo de no mínimo 03 (três) meses dos serviços executados contra eventuais defeitos.

4.8. A execução **do objeto** deverá observar os prazos indicados, porém, caso necessário, poderá haver negociação de ambas as partes propondo o mais adequado em prol desta Autarquia, desde que não incorra em prejuízos à ordenada execução de suas atividades.

4.9. A CONTRATADA deve comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução **do objeto**, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

4.10. Relativamente às obrigações legais, os materiais empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- a) Às normas e especificações constantes do Edital e de seus anexos;
- b) Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos;
- c) Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), em especial:
 - I. NBR 5.410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
 - II. NBR 16401-1 - Projeto das Instalações;
 - III. NBR 16401-2 - Parâmetros de Conforto Térmico;
 - IV. NBR 16401-3 - Qualidade do Ar Interior e



V. NBR 13971 - Manutenção programada.

- d)** Às disposições legais federais e distritais pertinentes;
- e)** Regulamentos das empresas concessionárias de energia, água e esgoto;
- f)** Às normas técnicas específicas, se houver;
- g)** Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas.

4.11. Relativamente à habilitação da CONTRATADA, têm-se, ainda, os seguintes requisitos:

4.11.1. Atestado de Capacidade Técnica-Operacional, comprovando que a empresa tenha executado, satisfatoriamente, para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Municipal ou Estadual, serviço de manutenção preventiva e corretiva compatíveis com o objeto da presente licitação.

4.11.2. A exigência do Atestado de Capacidade Técnica tem por finalidade comprovar a experiência da Licitante na execução do serviço do presente Estudo, mais precisamente de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos condicionadores de ar, bem como assegurar que a mesma pode cumprir o prazo de execução do serviço.

4.12. Quanto ao fornecimento de produtos e peças, o mesmo deve ocorrer somente mediante a necessidade comprovada pelo técnico da CONTRATADA, mediante relatório com o diagnóstico das falhas e/ou defeitos que imponham a necessidade de substituição de peças, via sistema de desembolso.

4.13. Válido ressaltar que aquele que contrata com o serviço público deve manter todas as qualificações técnicas durante a vigência do contrato sob a pena de cancelamento do contrato ou seu equivalente e a devida aplicação de sanções.

5. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE (LEVANTAMENTO DA DEMANDA):

5.1. O Art. 40, Inciso III da Lei 14.133/2021 assim rege:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

...

III - Determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo;

5.2. A Demanda tem como base o quantitativo de aparelhos que faz parte do imobiliário do SAAE, a necessidade das manutenções anuais de cada aparelho e como



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

fundamentação o **Documento de Formalização de Demanda (ID 1403844)**, anexado aos autos, com a seguinte demanda para o atendimento de 24 (Vinte e quatro) meses de contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	Quant.
1	Serviço de Manutenção Preventiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 9.000 BTU, incluindo a sua Desinstalação/Limpeza/Instalação.	Serv.	16
2	Serviço de Manutenção Preventiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 12.000 BTU, incluindo a sua Desinstalação/Limpeza/Instalação.	Serv.	14
3	Serviço de Manutenção Preventiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 18.000 BTU, incluindo a sua Desinstalação/Limpeza/Instalação.	Serv.	10
4	Serviço de Manutenção Corretiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 9.000 BTU, incluindo a sua desinstalação/Limpeza/Conserto/Instalação.	Serv.	16
5	Serviço de Manutenção Corretiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 12.000 BTU, incluindo a sua desinstalação/Limpeza/Conserto/Instalação.	Serv.	14
6	Serviço de Manutenção Corretiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 18.000 BTU, incluindo a sua desinstalação/Limpeza/Conserto/Instalação.	Serv.	10
7	Serviço de Desinstalação/Instalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 9.000 BTU, Com Material Incluso: Suporte, Tubos de até 1,5 m e fios elétricos de até 2 m, incluindo sua manutenção/Limpeza.	Serv.	4
8	Serviço de Desinstalação/Instalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 12.000 BTU, Com Material Incluso: Suporte, Tubos de até 1,5 m e fios elétricos de até 2 m, incluindo sua manutenção/Limpeza.	Serv.	4
9	Serviço de Instalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 9.000 BTU, Com Material Incluso: Suporte, Tubos de até 1,5 m e fios elétricos de até 2 m.	Serv.	4
10	Serviço de Instalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 12.000 BTU, Com Material Incluso: Suporte, Tubos de até 1,5 m e fios elétricos de até 2 m.	Serv.	4
11	Serviço de Instalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 18.000 BTU, Com Material Incluso: Suporte, Tubos de até 1,5 m e fios elétricos de até 2 m.	Serv.	4
12	Serviço de Desinstalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 9.000 BTU.	Serv.	4
13	Serviço de Desinstalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 12.000 BTU.	Serv.	4
14	Serviço de Desinstalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 18.000 BTU.	Serv.	4



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

15	Valor referente aquisição de produtos e peças de reposição via sistema de desembolso.	Unid.	1
----	---	-------	---

5.3. As quantidades acima são estimadas e não significa a obrigação de sua execução pelo SAAE, uma vez que a manutenção corretiva depende da pane de algum aparelho, fato este imprevisível.

6. ESTIMATIVA DE VALOR:

6.1. O valor estimado para contratação foi obtido após pesquisa de mercado, em conformidade com o **Art. 23 da Lei Federal 14.133/21**.

6.2. A estimativa do valor da contratação foi definida com base na referência de valores da pesquisa de preços realizada em Banco de Preços e cotações com o mercado, com vistas a assegurar a compatibilidade dos valores apresentados com os praticados no mercado, garantindo a economicidade e a vantajosidade da contratação.

6.3. A pesquisa de preços foi realizada preconizando a justa concorrência, pois o método aplicado respeita os princípios da transparência e eficiência administrativa, possibilitando que se obtenha a melhor relação custo-benefício na contratação dos serviços necessários ao atendimento das prementes demandas do SAAE.

6.4. A metodologia de pesquisa embasou a definição do valor estimado da contratação, viabilizando a elaboração do **Quadro Comparativo de Preços (Anexo I deste Termo de Referência)**, de modo a assegurar a conformidade dos valores com os parâmetros de mercado e os precedentes da Administração Pública, garantindo a legitimidade, a regularidade e a segurança jurídica do certame licitatório, conforme discriminado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	Quant.	Mediana	Preço Total
1	Serviço de Manutenção Preventiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 9.000 BTU, incluindo a sua Desinstalação/Limpeza/Instalação.	Serv.	16	280,00	4.480,00
2	Serviço de Manutenção Preventiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 12.000 BTU, incluindo a sua Desinstalação/Limpeza/Instalação.	Serv.	14	300,00	4.200,00
3	Serviço de Manutenção Preventiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 18.000 BTU, incluindo a sua Desinstalação/Limpeza/Instalação.	Serv.	10	360,00	3.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

4	Serviço de Manutenção Corretiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 9.000 BTU, incluindo a sua desinstalação/Limpeza/Conserto/Instalação.	Serv.	16	320,00	5.120,00
5	Serviço de Manutenção Corretiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 12.000 BTU, incluindo a sua desinstalação/Limpeza/Conserto/Instalação.	Serv.	14	350,00	4.900,00
6	Serviço de Manutenção Corretiva de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade 18.000 BTU, incluindo a sua desinstalação/Limpeza/Conserto/Instalação.	Serv.	10	380,00	3.800,00
7	Serviço de Desinstalação/Instalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 9.000 BTU, Com Material Incluso: Suporte, Tubos de até 1,5 m e fios elétricos de até 2 m, incluindo sua manutenção/Limpeza.	Serv.	4	650,00	2.600,00
8	Serviço de Desinstalação/Instalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 12.000 BTU, Com Material Incluso: Suporte, Tubos de até 1,5 m e fios elétricos de até 2 m, incluindo sua manutenção/Limpeza.	Serv.	4	650,00	2.600,00
9	Serviço de Instalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 9.000 BTU, Com Material Incluso: Suporte, Tubos de até 1,5 m e fios elétricos de até 2 m.	Serv.	4	580,00	2.320,00
10	Serviço de Instalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 12.000 BTU, Com Material Incluso: Suporte, Tubos de até 1,5 m e fios elétricos de até 2 m.	Serv.	4	600,00	2.400,00
11	Serviço de Instalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 18.000 BTU, Com Material Incluso: Suporte, Tubos de até 1,5 m e fios elétricos de até 2 m.	Serv.	4	700,00	2.800,00
12	Serviço de Desinstalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 9.000 BTU.	Serv.	4	200,00	800,00
13	Serviço de Desinstalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 12.000 BTU.	Serv.	4	200,00	800,00
14	Serviço de Desinstalação de Aparelho de Ar Condicionado do Tipo Split, capacidade de 18.000 BTU.	Serv.	4	250,00	1.000,00
15	Valor referente aquisição de produtos e peças de reposição via sistema de desembolso.	Unid.	1	24.580,00	24.580,00
TOTAL					66.000,00

6.5. Tal custo considerou a mediana das pesquisas.



6.6. Nos preços dos serviços deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, inclusive taxas, impostos, fretes e outros que incidam ou venham a incidir para a sua execução.

6.7. O VALOR DO ITEM 15 DO LOTE DEVERÁ TER SEU VALOR INVARIÁVEL NA PROPOSTA, POIS O MESMO TRATA-SE DE VALOR ESTIMATIVO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E PEÇAS DE REPOSIÇÃO.

6.8. Consta em anexo aos autos a comprovação das pesquisas realizadas e dos documentos que lhe dão suporte.

6.9. O valor acima refere-se ao valor máximo para a contratação a ser pago de forma parcial, mensalmente, conforme a execução do serviço no período proposto, após o início da vigência do contrato.

6.10. Por se tratar de contrato de 24 meses, o empenhamento da despesa ocorrerá na seguinte programação:

Exercício	Valor
2026	R\$ 33.000,00
2027	R\$ 33.000,00

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

7.1. A solução adotada para a contratação de empresa especializada para a realização de manutenções corretivas e preventivas nos aparelhos de ar condicionado do SAAE resulta de uma análise criteriosa das necessidades da Autarquia, garantindo a continuidade dos serviços, a eficiência na gestão dos recursos e a economicidade, conforme o **art. 11, da Lei Federal n.º 14.133/2021**.

7.2. Após a devida aferição, fundamentada na viabilidade técnica, jurídica e econômica, infere-se que a única solução viável para a realização de manutenções corretivas e preventivas nos aparelhos de ar condicionado do SAAE é a contratação de empresa especializada, uma vez que o SAAE não tem técnicos em seu quadro que realize este tipo de serviço.



7.3. A contratação está prevista para ser realizado por Licitação pela modalidade **Pregão Eletrônico**, com julgamento sobre o **MENOR PREÇO** por lote, fundamentado na **Lei nº 14.133/2021**, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos.

7.4. A utilização do **Pregão Eletrônico** trouxe grande impacto na Administração Pública. Podemos destacar como vantagens a melhora nas questões quanto à celeridade, a eficiência, a desburocratização, a economia, a transparência e a publicidade, melhorando consideravelmente a questão da ampla divulgação do certame e negociação direta com os fornecedores.

7.5. A adoção do **Pregão Eletrônico** como modalidade de licitação amplia a competitividade entre fornecedores, promovendo maior transparência, celeridade e economicidade no processo de contratação. Além disso, ao possibilitar a participação de um número mais amplo de empresas, a modalidade estimula a concorrência, assegura melhores condições contratuais para a Administração Pública e viabiliza a contratação mais vantajosa, em conformidade com os princípios da isonomia e eficiência que regem as contratações públicas.

7.6. O modo de fornecimento dos produtos e peças de reposição será por meio de desembolso, mediante relatório técnico e orçamento das peças.

8. FORMA, PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO:

8.1. Os serviços serão prestados pela empresa vencedora do procedimento licitatório, mediante a assinatura de um contrato, no qual ficarão estabelecidas as obrigações entre CONTRATANTE e CONTRATADO, bem como as realizações operacionais e de faturamento.

8.2. A execução do **objeto** será conforme rege este **Termo de Referência** e seus anexos, devendo ser realizado somente após a emissão da Nota de Empenho e assinatura do contrato, devendo ser executados com base nos quantitativos propostos.

8.3. Todo e qualquer ônus decorrente da execução do **objeto** licitado será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não sendo o SAAE responsável por quaisquer despesas relacionadas à sua execução.

8.4. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

8.4.1. A manutenção preventiva dos aparelhos tem por objetivo antecipar-se, por meio de ensaios e rotinas, ao aparecimento de defeitos causados pelo uso normal e rotineiro dos equipamentos e instalações ou desuso. Busca prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações de ar condicionado, mantendo-as em perfeito estado de uso,



de acordo com os projetos, manuais, normas técnicas dos fabricantes e da área de saúde.

8.4.2. A manutenção preventiva será realizada anualmente.

8.4.3. No início do contrato e sempre que necessário deverá ser realizado uma avaliação técnica e com autorização da CONTRATANTE, para realização de um planejamento de manutenções preventivas dos equipamentos listados em contrato.

8.4.4. A prestação de serviços de manutenção preventiva nos equipamentos de ar condicionado consiste em serviço de limpeza, lavagem completa do aparelho de ar condicionado e higienização com produtos apropriados e biodegradáveis. O serviço compreende:

- 1) Abertura de chamado por telefone ou e-mail.
- 2) Atendimento a lubrificação dos equipamentos.
- 3) Executar todos e quaisquer serviços periódicos necessários de vistoria, inspeção, testes, para diminuir falhas, ampliar a vida útil e melhorar desempenho, sendo que estes deverão manter suas condições originais e adequadas de funcionamento do equipamento, conforme as recomendações do fabricante ou e conforme normas técnicas e orientações da ABNT.
- 4) Fornecer certificado de manutenção e fixar uma etiqueta adesiva nos equipamentos que deverão constar a data da última e da próxima manutenção preventiva.
- 5) Seguir todas e quaisquer manutenções preventivas indicadas pelo fabricante do equipamento ou normas.
- 6) Efetuar a limpeza dos filtros de ar.
- 7) Efetuar a limpeza externa do gabinete do evaporador.
- 8) Verificar operação de drenagem e corrigir caso necessário.
- 9) Verificar ruídos e vibrações anormais, procedendo aos ajustes e correções necessárias.
- 10) Verificar a operação de termostatos, controles, e sensores de temperatura.
- 11) Higienizar evaporadores com aplicação de bactericidas aprovados pela ANVISA.
- 12) Efetuar a limpeza das serpentinas do evaporador.
- 13) Efetuar a limpeza do ventilador, rotor do evaporador.
- 14) Efetuar a limpeza da bandeja do evaporador e condensador.
- 15) Verificar e corrigir, reapertar os terminais /conexões elétricas.
- 16) Verificar corrente, pressão, tensão, insuflamento e retorno.
- 17) Verificar o estado dos compressores, utilizando do megômetro.
- 18) Efetuar lubrificação geral do equipamento.



- 19) Verificar focos de corrosões nos equipamentos/acessórios.
- 20) Medição da vazão de ar.
- 21) Monitoração das partes sujeitas a maiores desgastes.
- 22) Diagnosticar falhas e/ou defeitos que imponham a necessidade de substituição de peças e/ou reparos diversos, com a devida anotação no relatório de manutenção, apresentação de formulário próprio de requisição de peças (com nome e descrição de peça a ser adquirida), e demais procedimentos.
- 23) No caso acima, ao realizar a manutenção preventiva e seja constatado algum dano ao aparelho, **a manutenção passará de preventiva para corretiva, não sendo permitido a cobrança dupla, uma vez que os serviços da manutenção preventiva devem ser realizados sempre que houver manutenção corretiva.**
- 24) O técnico deve informar ao responsável pelo contrato de sua chegada antes do início da realização dos serviços e tempo estimado.
- 25) Sempre apresentar relatório de manutenção ao finalizar quaisquer serviços de manutenção, e/ou chamados.
- 26) Exame dos componentes antes do término de suas respectivas garantias.
- 27) Constatação e correção de falhas.
- 28) A avaliação da execução do serviço deverá ser realizada por um técnico da CONTRATANTE (Fiscal do Contrato).
- 29) Recolocação do aparelho de ar condicionado em seu local de origem, após a manutenção preventiva, realizando todos os testes de funcionamento do aparelho.
- 30) Realização do serviço de limpeza no espaço físico da CONTRATADA ou da CONTRATANTE, de acordo com a autorização e conveniência da CONTRATANTE.
- 31) Fornecimento de relatório para cada equipamento em manutenção preventiva, constando número de patrimônio, serviço realizado e período de garantia do serviço.
- 32) A contratada deve arcar com qualquer ônus na hipótese de quebra de vidro, janelas, paredes, danos à pintura e/ou dano material durante a retirada e reinstalação dos aparelhos, caso cabível.
- 33) A manutenção preventiva do equipamento deverá ter garantia mínima conforme a regulamentação.
- 34) Executar as demais especificações técnicas de manutenções preventivas exigido pelo manual técnico de cada equipamento e modificações técnicas e de segurança recomendadas pelo fabricante, assim como normas técnicas e orientações da ABNT.

8.4.5. Durante a realização do serviço de manutenção preventiva e/ou manejo dos aparelhos, se houver desperdício (vazamento) de gás por negligência da CONTRATADA,



a CONTRATADA deverá repor o gás sem ônus a CONTRATANTE, uma vez que a CONTRATADA é a responsável pelo manuseio do equipamento.

8.4.6. O prazo para a realização da manutenção preventiva é de 03 (Três) dias úteis após o recebimento da autorização do serviço.

8.4.7. Incluem-se na manutenção preventiva os seguintes serviços, sem pagamento adicional à CONTRATADA:

- 1) Desinstalação e instalação do aparelho.
- 2) Todos os materiais de consumo e insumos básicos, de baixo custo, devem estar embutidos no preço do serviço.

8.5. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA:

8.5.1. A manutenção corretiva tem por objetivo todos os procedimentos necessários a recolocar os equipamentos defeituosos em perfeito estado de funcionamento, compreendendo, inclusive, as necessárias substituições de peças defeituosas para uma imediata correção de defeitos e anormalidades, a fim de que seja retomada sua utilização de forma segura, eficiente e econômica. Essa manutenção será realizada sob demanda do órgão CONTRATANTE.

8.5.2. A licitante adjudicatária se obriga ao atendimento às solicitações de manutenção corretiva no prazo de até 1 (Um) dia útil após o recebimento do chamado técnico, de segunda a quinta-feira, no horário das 07 às 11h e das 13h às 17h, e das 07h às 13h nas sexta-feira.

8.5.3. O prazo para a realização da manutenção corretiva é de 04 (Quatro) dias úteis após o recebimento da autorização do serviço. Caso a CONTRATANTE precise providenciar produtos e/ou peças danificadas, o prazo que esta demorar em atender a solicitação da CONTRATADA não deverá contar no prazo acima estipulado.

8.5.4. A CONTRATADA deverá apresentar, com a devida anotação no relatório de manutenção, apresentação de formulário próprio de requisição de produtos e/ou peças (com nome e descrição de produto e/ou peça a ser adquirida).

8.5.5. Para a realização dos serviços da manutenção preventiva os aparelhos deverão ser deslocados até a oficina da licitante adjudicatária, quando será necessária a autorização do SAAE, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus adicional para o SAAE.



8.5.6. O CONTRATANTE deverá proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro do imóvel.

8.5.7. A CONTRATADA fornecerá os equipamentos, ferramentas, aparelhos de medições e testes, bem como seu transporte e tudo o mais que for necessário para disponibilizá-los, a fim de assegurar a prestação dos serviços de manutenção ora licitados.

8.5.8. Incluem-se na manutenção corretiva os seguintes serviços, sem pagamento adicional à CONTRATADA:

- 1) Desinstalação e instalação do aparelho.
- 2) Todos os materiais de consumo e insumos básicos, de baixo custo, devem estar embutidos no preço do serviço.

8.5.9. Os custos com a instalação dos produtos e/ou peças adquiridas relativos à manutenção corretiva deverão ocorrer por conta da CONTRATADA, não podendo cobrar "serviços extras" à CONTRATANTE e/ou alterar a composição dos preços unitários.

8.5.10. Os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados pela CONTRATADA mediante solicitação através de ORDEM DE SERVIÇO, assinada pela autoridade competente do SAAE.

8.6. DA INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO:

8.6.1. A execução dos serviços de instalação e desinstalação, conforme a necessidade, e solicitação da CONTRATANTE, será realizado durante a vigência do contrato. Estes serviços seguirão manuais, instruções dos fabricantes das marcas e modelos dos equipamentos de ar condicionado e projetos da CONTRATANTE.

8.6.2. Condições gerais da execução das desinstalações e instalações:

- 1) No preço proposto pelos serviços de instalação e desinstalação dos aparelhos de ar condicionado deverá estar inclusa a mão de obra e demais encargos, acessórios e equipamentos, assim como eventuais ferramentas.
- 2) Será de responsabilidade da CONTRATANTE o fornecimento dos aparelhos de ar condicionado a serem instalados.
- 3) Após a finalização de qualquer serviço, o CONTRATADO deverá deixar o local limpo e desobstruído de objetos e resíduos decorrentes do trabalho executado.

8.6.3. Quando houver desinstalação e instalação de um aparelho usado, incluem-se no serviço os seguintes serviços, sem pagamento adicional à CONTRATADA:

- 1) Desinstalação e instalação do aparelho.



- 2) Todos os materiais de consumo e insumos básicos, de baixo custo, devem estar embutidos no preço do serviço.

8.7. DO FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PEÇAS E MATERIAIS:

8.7.1. O fornecimento de produtos e peças de reposição deve ocorrer somente mediante a necessidade comprovada.

8.7.2. Ao diagnosticar falhas e/ou defeitos que imponham a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá apresentar, com a devida anotação no relatório de manutenção, apresentação de formulário próprio de requisição de peças (com nome e descrição da peça danificada a ser adquirida).

8.7.3. Peças inclusas na Manutenção Preventiva: Todos os materiais de consumo e insumos básicos, de baixo custo, os quais devem estar embutidos no preço do serviço. **Será de ônus da CONTRATADA o fornecimento, sem fazer jus a pagamento adicional, o seguinte MATERIAL DE REPOSIÇÃO: fusíveis, relês de proteção, capacitores, parafusos, terminais elétricos, fluidos e circuitos de controle de temperatura.**

8.7.4. Peças inclusas na Manutenção Corretiva: Todos os materiais de consumo e insumos básicos, de baixo custo, os quais devem estar embutidos no preço do serviço. **Será de ônus da CONTRATADA o fornecimento, sem fazer jus a pagamento adicional, o seguinte MATERIAL DE REPOSIÇÃO: fusíveis, relês de proteção, capacitores, parafusos, terminais elétricos, fluidos e circuitos de controle de temperatura.**

8.7.5. Peças exclusas na Manutenção Corretiva: Itens de alto custo, tais como compressores, motores de ventilador, placas de comando, placas eletrônicas e outros, os quais são cobrados à parte, mediante aprovação prévia do fiscal do contrato.

8.8. DO REQUISITOS DOS PRODUTOS E DAS PEÇAS:

8.8.1. Originalidade: A CONTRATADA deve fornecer somente peças e componentes genuínos e novas.

8.8.2. Garantia Mínima: A garantia mínima para as peças e componentes instalados será de 90 dias ou conforme a garantia do fabricante, a que for maior.

8.9. DO DESEMBOLSO DOS PRODUTOS E DAS PEÇAS:

8.9.1. Para garantir transparência antes de qualquer desembolso, a aquisição de peças de reposição deve seguir o seguinte procedimento:



8.9.1.1. Identificação da Necessidade: A equipe técnica deve identificar a peça necessária e emitir um relatório ou ordem de serviço detalhada.

8.9.1.2. Apresentar Orçamento Prévio: A empresa deve apresentar orçamento detalhado das peças antes da execução do serviço, acompanhado de no mínimo três cotações de mercado para validar o preço.

8.9.1.3. Aprovação pelo Fiscal do Contrato: O Fiscal do Contrato deve aprovar formalmente o custo da peça antes da aquisição e instalação, desde que os preços estejam dentro dos preços praticados no mercado.

8.9.1.4. Tempo de Resposta: O Fiscal do Contrato tem o prazo de até três dias para aprovar o orçamento.

8.9.1.5. Fiscalização e Aceite: O desembolso fica condicionado ao "aceite" do fiscal do contrato após a instalação e teste do equipamento.

8.9.1.6. Peças Substituídas: A CONTRATADA deve proceder a devolução das peças danificadas (substituídas) ao órgão para conferência e descarte adequado.

8.9.2. A CONTRATANTE não tem a obrigação de adquirir as peças pelo orçamento apresentado pela CONTRATADA. Havendo desaprovação ou divergência, esta pode optar por adquirir as peças via terceiros.

8.10. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO DAS PEÇAS:

8.10.1. O faturamento das peças deverá ser realizado tão logo seja efetivado a instalação do aparelho danificado em perfeitas condições de uso.

8.10.2. Juntamente com o faturamento das peças deve ser faturado, também, o serviço referente a Manutenção Corretiva do aparelho.

8.10.3. O valor referente às peças deverá ser faturado em nota fiscal separada.

8.10.4. O pagamento será efetivado no prazo e conforme o item 17 deste Termo de Referência.

8.10.5. Não será realizado Pagamento Antecipado para peças.

8.11. A inobservância das especificações técnicas do equipamento na aplicação da manutenção implicará a aceitação parcial ou a recusa total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer a parcela ou objeto integral recusado sem direito à indenização.



8.12. A estocagem de equipamento e material da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE será permitida somente pelo tempo que durar o serviço executado. Tão logo este esteja concluído, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, a retirada dos remanescentes.

8.13. É vedado o substabelecimento para a execução dos serviços, salvo em situações justificadas e aprovadas pela CONTRATANTE. Neste caso a empresa indicada deverá atender todas as condições descritas **neste Termo de Referência** e a nota fiscal deverá ser emitida pela empresa CONTRATADA e não pela substabelecida.

8.14. A CONTRATADA deverá estar disponível para contato através de ligações telefônicas, a serem realizadas por servidores da CONTRATANTE, sendo imprescindível que os funcionários de atendimento da CONTRATADA conheçam os serviços contratados e estejam aptos a dar as informações básicas sobre o serviço.

8.15. A CONTRATADA, na execução de suas obrigações, deverá:

- I. Realizar as operações de manutenção por meio de profissionais de manutenção competentes, treinados e vinculados à empresa, providos de instruções necessárias para realizar de forma segura as operações requeridas, e deve garantir que os profissionais possuam todas as ferramentas e equipamentos necessários para execução dos serviços.
- II. Manter o seu pessoal, quando em horário de trabalho, ou ainda nas dependências do SAAE devidamente uniformizado, identificado por crachá e providos de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), conforme normas, substituindo, imediatamente, todo e qualquer empregado seu ou preposto que seja julgado inconveniente à ordem ou às normas disciplinadoras do SAAE.
- III. Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares do SAAE, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o SAAE, cabendo-lhe todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.
- IV. Atender às normas disciplinares e demais regulamentos em vigor nas dependências do SAAE.
- V. Ter sob vínculo empregatício, exclusivo, os seus empregados, estando em dia com seus encargos trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como o pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade.
- VI. Recolher em dia todos os impostos, taxas, emolumentos e encargos sociais incidentes.
- VII. Implementar de forma adequada a execução e supervisão permanente dos serviços de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante.



- VIII. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.
- IX. Cumprir com as rotinas de manutenção e cuidados recomendados por normas técnicas, órgãos reguladores e fabricantes dos sistemas e equipamentos.
- X. Manter representação na cidade Vilhena/RO com estrutura de pessoal e preposto para a administração e logística necessária ao cumprimento das obrigações assumidas.
- XI. Não utilizar, na execução dos serviços, empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do **artigo 7º do Decreto Federal nº 7.203, de 04/06/2010**.
- XII. Adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios, menor poluição, tais como:
- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
 - b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - c) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica), água e papel;
 - d) Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre práticas de redução de desperdícios/poluição;
 - e) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção.

8.16. Os serviços serão executados por mão de obra especializada e deverão obedecer rigorosamente às normas e especificações constantes **neste Termo** e as prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos equipamentos e produtos.

8.17. Todas as partes danificadas durante a execução dos serviços, bem como forros, paredes, pisos, instalações, pintura e lajes, deverão ser recompostas pela CONTRATADA, de modo que permaneçam com as características originais de acabamento.

8.18. Somente serão aceitos materiais, peças e ferramentas compatíveis com a aplicação a que se destinam. Serão recusados os que se encontrarem fora de especificação.

8.19. Será de responsabilidade da CONTRATADA toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados, bem como a exigência do uso



dos equipamentos de proteção individual necessários, sob pena de paralisação imediata dos serviços.

8.20. Todos os serviços executados no interior do edifício, ou que ameace bens no interior deste, deverão ser precedidos de proteção (com lona impermeável) dos locais, objetos e materiais do órgão. Caso necessário, a CONTRATADA providenciará o remanejamento destes para local protegido, indicado pela CONTRATANTE.

8.21. Todos os serviços que apresentarem defeitos, erros, omissões ou quaisquer irregularidades supervenientes aos serviços prestados deverão ser refeitos sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.22. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico telefônico ou por e-mail com a finalidade de dirimir dúvidas e resolver problemas relativos às características técnicas e funcionamento nos sistemas integrantes do objeto deste contrato.

8.23. A CONTRATADA deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela ABNT e INMETRO para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

9.1. O **objeto** dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, para fins de conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica, devidamente datado e assinado.

9.2. Não será recebido **objeto** com marca diversa da apresentada na proposta.

9.3. Após o recebimento provisório **do objeto**, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será verificada a conformidade **do objeto** proposto e executado com as especificações contidas na Nota de Empenho.

9.4. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, **o objeto** executado deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 10 (dez) dias úteis, não considerados como prorrogação do prazo de execução. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado **ao objeto** executado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será **o objeto** da licitação definitivamente recebido e aceito.

9.5. O recebimento definitivo **do objeto** não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade **do objeto** executado, cabendo-lhe sanar



quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia **do objeto**, quando da utilização desse material ou equipamento.

10. DO CONTRATO:

10.1. DA VINCULAÇÃO:

10.1.1. O Edital e seus anexos, este **Termo de Referência e seus anexos** estão vinculados ao contrato, como também a proposta do licitante vencedor, conforme preceitua o **Art. 92, Inciso II da Lei 14.133/2021**.

10.2. DA ASSINATURA DO CONTRATO:

10.2.1. A Administração convocará o licitante vencedor para assinar o Contrato no prazo de três dias úteis, conforme rege o **Art. 90 da Lei nº 14.133/2021**.

10.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração, conforme rege o **Art. 90, § 1º da Lei nº 14.133/2021**.

10.2.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e à perda de seu direito à contratação e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, conforme rege o **Art. 90, § 5º da Lei nº 14.133/2021**.

10.2.3.1. A regra do **item 10.2.3** não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do **item 10.2.4**, conforme rege o **Art. 90, § 6º da Lei nº 14.133/2021**.

10.2.4. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo ou não aceitar as condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus anexos, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme rege o **Art. 90, § 2º, da Lei nº 14.133/2021**.

10.2.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos, conforme rege o **Art. 90, § 3º da Lei nº 14.133/2021**.

10.2.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do **item 10.2.4**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá, conforme rege o **Art. 90, § 4º, Incisos I e II da Lei nº 14.133/2021**:



- I. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- II. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.2.6. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de serviço, em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos **itens 10.2.4 e 10.2.6**, conforme rege o **Art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021**.

10.3. DO VALOR DO CONTRATO:

10.3.1. O valor do contrato será de R\$ 66.000,00 com as seguintes programações orçamentárias e financeiras para emissão de Nota de Empenho:

2026	2027
R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00

10.4. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

10.4.1. O prazo de vigência do contrato é de 24 meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse público e conveniência administrativa, mediante instrumentalização de termos aditivos, observado o disposto nos artigos 105 a 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

10.5. DA EXECUÇÃO:

10.5.1. DO REGIME DE EXECUÇÃO:

10.5.1.1. O Regime de execução do contrato será por **Empreitada por Preço Global**, pois o pagamento será realizado após a conclusão de etapas, com base em um valor fixo total para o serviço.

10.5.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133/2021** e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme preceitua o **Art. 115, caput da Lei nº 14.133/2021**.



10.5.3. É vedado à CONTRATADA, durante a vigência do contrato, contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão deste contrato.

10.5.4. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, **o objeto** do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme preceitua o **Art. 119 da Lei nº 14.133/2021**.

10.5.5. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme preceitua o **Art. 120 da Lei nº 14.133/2021**.

10.5.6. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme preceitua o **Art. 121, caput da Lei nº 14.133/2021**.

10.5.7. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar **o objeto** do contrato ou seu equivalente, conforme preceitua o **Art. 121, §1º da Lei nº 14.133/2021**.

10.5.8. Por se tratar de serviços estimados, caso venha a ser celebrado Contrato, a CONTRATANTE não ficará obrigada a executar todos os serviços contratados, sendo que a demanda observará a necessidade do SAAE.

10.6. DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO:

10.6.1. O Contrato poderá ser prorrogado, por interesse público e conveniência administrativa, mediante instrumentalização de termos aditivos, observado o disposto nos artigos 105 a 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

10.6.2. Para prorrogação do prazo de vigência do contrato, a CONTRATADA deverá garantir sua regularidade fiscal e trabalhista, bem como não estar inserida no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, sendo que tais comprovações deverão ser juntadas ao respectivo **Termo Aditivo**, indispensáveis para a manutenção do contrato.

10.7. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:



10.7.1. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no **art. 124, da Lei nº 14.133/2021**, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, nos seguintes casos:

I. Unilateralmente pela Administração:

- a. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b. Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Regente;

II. Por acordo entre as partes:

- a. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação da execução de obra ou serviço;
- d. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

10.7.2. Há ainda a hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, **nos termos do Art. 124, Item II, Alínea “d” da Lei nº 14.133/2021**.

10.7.3. Nas alterações unilaterais a que se refere o **inciso I, do caput do art. 124, da Lei nº 14.133/2021** e o disposto **neste Instrumento**, o CONTRATADO será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.8. DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO:



10.8.1. É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente contrato por qualquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra. Não será permitida a subcontratação ou terceirização do serviço contratado.

10.9. DA RESCISÃO/EXTINÇÃO DO CONTRATO:

10.9.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a possibilidade de sua rescisão, a critério da CONTRATANTE, conforme disposto nos **artigos 137 a 139, artigos 155 a 156 da Lei nº 14.133/2021**, sendo devidamente motivados nos autos do processo e assegurados o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA.

10.9.2. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses transcritas no **artigo 137 da Lei Federal nº. 14.133/2021**, sendo que sua extinção deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. A extinção do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da CONTRATANTE;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

10.9.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

10.9.4. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão Administrativa prevista nos **artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021**.

10.9.5. A rescisão determinada por ato unilateral da Administração, conforme **Art. 139, IV, da Lei 14.133/2021** acarreta a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE e das multas aplicadas.

10.9.6. A extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

10.9.7. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da CONTRATANTE, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a devolução da garantia, pagamento pelos materiais entregues e/ou execução dos serviços até a data da extinção e custeio de possível desmobilização.



10.10. DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO:

10.10.1. Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, o SAAE providenciará a publicação, em resumo do presente Contrato.

11. DA GARANTIA:

11.1. A contratação deverá contar com garantia contratual de execução, nos moldes dos artigos 96, 97 e 100 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 1% (Um por cento) do valor inicial do contrato.

11.2. O CONTRATADO deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia contratual, podendo optar por:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Títulos da Dívida Pública;
- c) Fiança Bancária, em valor correspondente a 1% (Um por cento) do valor inicial do contrato;
- d) Apólice de Seguro Garantia.

11.2.1. CASO A OPÇÃO DO CONTRATADO SEJA EM DINHEIRO, A GARANTIA PODERÁ SER DESCONTADA DO PRIMEIRO PAGAMENTO E EFETUADA EM FAVOR DO CONTRATANTE, EM CONTA ESPECIFICA.

11.3. Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes a vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.



11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do **objeto** do contrato e do não adimplemento das demais
- b) obrigações nele previstas;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.11. NO CASO DE ALTERAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO, OU PRORROGAÇÃO DE SUA VIGÊNCIA, A GARANTIA DEVERÁ SER AJUSTADA OU RENOVADA.

11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.13. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14. O emitente da garantia ofertada pelo CONTRATADO deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (**art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021**).

11.15. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do **art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022**.



11.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, **quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme Art. 100 da lei 14.133/2021.**

11.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções a CONTRATADA.

11.19. O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

11.20. Além da garantia contratual, todo produto, por lei, tem garantia, independentemente de a mesma ser oferecida ou não pelo fornecedor. É a chamada “garantia legal”, conforme **Art. 24, 25 e 26 do Código de Defesa do Consumidor – CDC**, que diz:

Art. 24. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.

Art. 25. É vedada a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenua a obrigação de indenizar prevista nesta e nas seções anteriores.

§ 1º Havendo mais de um responsável pela causação do dano, todos responderão solidariamente pela reparação prevista nesta e nas seções anteriores.

§ 2º Sendo o dano causado por componente ou peça incorporada ao produto ou serviço, são responsáveis solidários seu fabricante, construtor ou importador e o que realizou a incorporação.

Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

I - Trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;

II - Noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

§ 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

§ 2º Obstat a decadência:

I - a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca;

...

III - a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.



§ 3º Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

11.21. Portanto, a garantia legal é sempre obrigatória e o fornecedor não pode negar sua responsabilidade pelo produto fornecido e/ou serviço executado.

12. DO REAJUSTE:

12.1. O valor do contrato poderá ser reajustado/corrigido, anualmente, mediante requerimento da CONTRATADA, após decorridos 12 (doze) meses da contratação. **O Reajuste terá como data base o orçamento estimado**, conforme preceitua o **§ 7º do artigo 25 e § 3º do artigo 92 da Lei Federal nº 14.133 de 2021**.

12.2. Conforme **Art. 25, § 8º, Art. 135, § 3º da Lei nº 14.133/2021**, é nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a 1 (um) ano (excetuando se houver fatos elencados **no item 10.7.2 deste Instrumento**). Portanto, deve ser observado o princípio da anualidade para o reajuste. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano **será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste**.

12.3. DO CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇO (Art. 92, § 4º Lei nº. 14.133/2021):

12.3.1. O critério de reajustamento de preço será o de reajustamento em sentido estrito e o índice a ser utilizado para o reajuste contratual será o IPCA e, em caso de sua extinção, outro que venha lhe suceder, conforme preceitua o **Art. 92, § 4º, inciso I, Lei nº. 14.133/2021**.

12.4. O prazo para a CONTRATADA solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual.

12.5. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

12.6. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado somente após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, **contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste** (excetuando se houver fatos elencados **no item 10.7.2 deste Instrumento**).

12.7. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível ao CONTRATANTE ou ao CONTRATADO proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.



12.8. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor dos serviços ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

12.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

12.10. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

12.10.1. A legislação permite a revisão do preço a cada 12 meses de vigência do contrato (após o primeiro ano), mas o reequilíbrio econômico-financeiro pode ser solicitado fora dessa periodicidade se houver uma alteração substancial dos custos. Portanto, ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do **Art. 124, Inciso II, Alínea “d”, da Lei 14.133/2021**:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

...

II - Por acordo entre as partes:

...

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

12.10.2. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será realizado mediante comprovação documental e requerimento expresso do CONTRATADO. A solicitação deve ser feita assim que a empresa identificar um evento que justifique a revisão e sempre de forma justificada e fundamentada com dados objetivos.

- I. A Periodicidade do Reequilíbrio é imediata, assim que for identificado um evento que cause desequilíbrio na relação entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO.
- II. A Base de Cálculo do Reequilíbrio serão os fatos objetivos que demonstrem uma mudança substancial no mercado e impactem a proposta inicial.
- III. O Objetivo do Reequilíbrio é o de restabelecer a equação econômico-financeira original do contrato.

12.10.3. Para fins de concessão do reequilíbrio/revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido a Autoridade Superior, mediante requerimento protocolado, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados da data da ocorrência do fato motivador



do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I. Planilha de composição do preço original e do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II. Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original e do novo preço;
- III. Outros documentos hábeis e legais que possam demonstrar o desequilíbrio econômico-financeiro.

12.10.4. Enquanto não ocorrer a revisão dos preços, o CONTRATADO deverá executar o contrato pelo preço inicial contratado, devendo, contudo, a Administração decidir sobre o requerimento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

12.10.5. Por fim, deverá ainda ser avaliado pela parte CONTRATANTE, se o novo valor reequilibrado ainda corresponde ao preço de mercado. Caso contrário, deverá ser promovido novo processo licitatório e contratada uma melhor proposta para o Erário.

12.10.6. Alteração contratual por reequilíbrio ou repactuação, **DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCONTO OFERTANTE NA PROPOSTA VENCEDORA DA CONTRATADA.**

12.10.7. O reequilíbrio será realizado por apostilamento.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1. Executar **o objeto** licitado conforme especificações, marcas, validades e preços propostos na licitação, e nas quantidades solicitadas pela CONTRATANTE.

13.2. Executar **o objeto** contratado estritamente no prazo estipulado.

13.3. Comunicar a CONTRATANTE, no prazo Máximo de 02 (dois) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento da execução **do objeto**, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

13.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da execução **do objeto** licitado.

13.5. Assumir toda responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da adjudicação desta licitação.



13.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento **do objeto** da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no **Art. 124, Inciso II, Alínea “d” da Lei nº 14.133/2021**.

13.7. Garantir a qualidade **do objeto** executado, bem como substituir qualquer **objeto** que não esteja dentro dos padrões de qualidade e conforme as condições previstas neste **Termo**.

13.8. Encaminhar ao e-mail saaevilhena@gmail.com cópia do DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), Certidões de Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista: Federal, Estadual, Municipal, Certidão de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT, Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social e Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendiz.

13.9. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao SAAE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

13.10. Assinar o contrato em até três dias úteis após sua convocação, conforme preceitua o **Art. 90 da lei 14.133/21**.

13.11. Indicar, por escrito, preposto ou profissional equivalente (e seu eventual substituto), fornecendo número de telefone e e-mail para contato, ao qual a CONTRATANTE possa se reportar quanto à fiel execução do contrato/empenho e cuidar para que esse profissional alocado mantenha permanente contato com os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato ou seu equivalente.

13.12. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme preceitua o **Art. 92, Inciso XVI da Lei 14.133/21**.

13.13. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme preceitua o **Art. 92, Inciso XVII da Lei 14.133/21**.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o **Termo de Referência e seus anexos**.



14.2. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar o **objeto** adjudicado dentro das especificações exigidas neste **Termo de Referência**.

14.3. Emitir nota de empenho a crédito do(s) fornecedor (es) no valor total correspondente ao **objeto** solicitado.

14.4. Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.

14.5. Conferir o **objeto** recebido e as notas fiscais se os mesmos estão de acordo com a nota de empenho.

14.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.

14.7. Fiscalizar a execução do **objeto** podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer **objeto** executado que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste **Instrumento**.

14.8. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste **Termo de Referência**.

14.9. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

14.10. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste **Termo de Referência**.

14.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou seu equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS:

15.1. A administração Pública tem o poder e dever de fiscalizar a execução de seus contratos e verificar sua efetividade. O acompanhamento e fiscalização é um processo contínuo que se estenderá por toda vigência do contrato.



15.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133/2021**, e cada parte respondera pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.3. As comunicações entre esta Autarquia e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4. A CONTRATADA deverá informar e-mail para recebimento de comunicações escritas relacionadas ao contrato.

15.5. A Gestão e Fiscalização do Contrato deverá observar a legislação vigente para as contratações públicas.

15.6. DA GESTÃO DO CONTRATO:

15.6.1. Ao Gestor de Contratos, gerente funcional designado pela autoridade máxima da Autarquia e subordinado ao Gerente Orçamentário e de Compras que, conforme **Lei Complementar nº 330/2024**, compete as atribuições administrativas e a função de administrar os contratos, desde sua concepção até a finalização, e:

- I. Analisar os pedidos de repactuação, reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- II. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;

- III. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas;
- IV. Emitir, sempre que necessário, relatório de acompanhamento processual, anotando prazos, valor de medições e pagamentos, saldos de empenhos, vigências de contratos, ordens de serviços, ordens de paralisação e reinício, dentre outras informações necessárias ao bom andamento dos trâmites legais;
- V. Lançar as Atas de Registro de Preço e os Contratos Administrativos, bem como demais atos oriundos dos sistemas utilizados pela Autarquia e realizar as respectivas publicações necessárias nos sítios eletrônicos;
- VI. Tomar as providências necessárias para manter atualizadas, na portal transparência, as informações pertinentes ao departamento; e
- VII. Desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Gerente Orçamentário e de Compras e que se coadunem com o cargo que exerce.



15.6.2. O Gestor de Contratos, a fim de subsidiar sua decisão, poderá solicitar manifestação técnica de outros departamentos da Autarquia e ainda de outros órgãos integrantes da Administração Pública Municipal.

15.6.3. Nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**, fica designado para atuar como gestor do contrato a servidora **Susiele Cristina Parra – Portaria nº 234/2024/SAAE**.

15.7. DO FISCAL DE CONTRATO:

15.7.1. Ao Fiscal do Contrato compete zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas, pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Autarquia, verificar a correta execução do objeto da avença, observar o cumprimento das cláusulas contratuais, de modo a legitimar a e efetivar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado, orientar as autoridades competentes acerca da necessidade de notificações, aplicação de sanções ou de rescisão e de sugerir eventuais modificações contratuais.

15.7.2. O fiscal de contrato é o principal agente público responsável por acompanhar a execução do contrato, comprovará sua atuação mediante seu plano de fiscalização e relatório final de execução do contrato. Conforme **Lei Complementar nº 330/2024**, cabe ao Fiscal do Contrato as seguintes atribuições:

- I.** Ler minuciosamente o contrato, conhecer o objeto e todos os serviços descritos no Projeto Básico/Termo de Referência e seus apensos e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- II.** Juntar aos autos do processo, toda documentação relativa à fiscalização da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;
- III.** Verificar o cumprimento das cláusulas e condições pactuadas no instrumento contratual, entre as quais o prazo de execução, a obrigações, a vigência, o valor, a quantidade, a observância da descrição do material ou serviço, o modo de execução;
- IV.** Confirmar medições dos serviços, cronogramas e fornecimentos;
- V.** Reportar ao preposto da empresa, evitando dar ordens aos profissionais da contratada;
- VI.** Conferir as notas fiscais entregues pelo contratado ou pelo fornecedor, observando se esta possui validade, se foi apresentada com tempo hábil para pagamento, se está corretamente preenchida, se os dados bancários estão informados e se o valor cobrado unitário e total corresponde ao que foi fornecido ou ao serviço prestado;
- VII.** Verificar se a nota fiscal foi emitida posteriormente ao empenho;



- VIII. Verificar se a execução dos serviços ou fornecimento de material originado de contratação se deu somente a partir da assinatura do contrato, autorização de compra ou do fornecimento ou ordem de execução de serviços e o respectivo empenho;
- IX. Encaminhar por escrito ao gestor do contrato questões relativas à: prorrogação de contrato, que deve ser providenciada antes de seu término, congregando as justificativas competentes; comunicação para abertura de nova licitação, antes de findo o estoque de bens; e comunicação sobre quaisquer problemas detectados na prestação do serviço, que tenham implicações no pagamento;
- X. Comunicar por escrito à autoridade competente, as irregularidades encontradas em situações que se mostrem desconformes com o edital, com contrato ou com a lei;
- XI. Exigir somente o que for previsto no contrato;
- XII. Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o contrato e o ato licitatório, inicialmente em relação aos prazos previstos;
- XIII. Averiguar se é o contratado quem executa o contrato e certificar-se de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais;
- XIV. Solicitar auxílio em caso de dúvidas técnicas ou jurídicas;
- XV. Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XVI. Manter controle das notas fiscais emitidas a fim de evitar que o valor do contrato seja ultrapassado;
- XVII. Comunicar formalmente e com antecedência o seu afastamento das atividades de fiscalização para que assuma o substituto;
- XVIII. Abster-se de tomar decisões e adotar providências que ultrapassem sua área de competência;
- XIX. Anotar as informações referentes ao contrato e agrupá-las em livros, arquivos digitais, fichas ou outro suporte e ao final da contratação deve fazer parte dos arquivos juntamente com o processo de contratação;
- XX. Verificar se a contratada está cumprindo todas as obrigações previstas no edital de licitação e no instrumento de contrato; e
- XXI. Apontar qualquer irregularidade e entrar em contato com o contratado, ou seu preposto, a fim de que o mesmo solucione a irregularidade apontada.

15.7.3. Quando há outras figuras da fiscalização, o fiscal do contrato se responsabilizará basicamente por acompanhar a execução do objeto, ou seja, a efetiva entrega dos bens ou serviços contratados.



15.7.4. Quando não houver a designação de outras figuras, o fiscal do contrato assumirá a responsabilidade não só pela execução do objeto, mas também pelos aspectos administrativos e gerenciais do contrato.

15.7.5. O fiscal do contrato deve comunicar formalmente e com antecedência o seu afastamento das atividades de fiscalização em caso de férias ou licenças para que assuma um substituto.

15.7.6. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

15.7.7. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

15.7.8. Nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**, fica designado para atuar como fiscal do contrato o servidor **CIDINEY BENEDITO DE ARAÚJO** – Matrícula 180. Substituto: **ANDERSON BATISTA NICHIO** – Encarregado de Patrimônio e Almoxarifado – Portaria nº 172/2024.

16. DISPOSIÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASES DE DADOS:

16.1. Não se aplica.

17. PAGAMENTO:

17.1. FORMA DE PAGAMENTO:

17.1.1. O valor contratado será pago, conforme a efetiva execução dos serviços. O **Art. 40, Inciso I da Lei 14.133/2021** assim rege:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

I - Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

17.1.2. O pagamento será parcial, pago gradativamente, conforme a efetiva execução dos serviços e conforme o quantitativo executado no período faturado, mediante apresentação de documento fiscal, através de transferência bancária em conta corrente, em favor da CONTRATADA, conforme preceitua o **Art. 142 da Lei 14.133/21**.

17.2. DOCUMENTOS EXIGÍVEIS PARA O PAGAMENTO:



17.2.1. Apresentação da Nota Fiscal em favor da CONTRATANTE, contendo a descrição **do objeto** – conforme descrito na Nota de Empenho e os dados bancários da CONTRATADA – para a realização de Transferência Bancária.

17.2.1.1. A fatura/nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida a CONTRATADA para retificação e reapresentação acrescentando-se ao prazo de pagamento os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação da nota fiscal.

17.2.1.2. O CONTRATADO, ao emitir a Nota Fiscal, deve observar o que está disposto no **Decreto Municipal nº 60.340/2023**, alterado pelo **Decreto Municipal nº 60.470/2023** e ainda o **Recurso Extraordinário nº 1293453, julgado no Supremo Tribunal Federal**, quanto à retenção de Imposto de Renda, especificando o valor do Imposto de Renda a ser retido, observando o disposto na **Instrução Normativa RFB nº 1234/2012** e a alíquota correta do objeto contratual firmado, conforme rege:

Decreto Municipal 60.340/2023:

Art. 1º Ficam obrigados a efetuar a retenção na fonte do Imposto sobre a Renda - IR sobre os pagamentos que efetuarem as pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, os seguintes órgãos e entidades da administração pública municipal:

I - os órgãos da administração pública municipal direta;

II - as autarquias; e

III - as fundações municipais.

§ 1º As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

Art. 2º A obrigação de retenção do Imposto de Renda alcançará todos os contratos e relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e entidades mencionados no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência deste Decreto, ao emitir as notas fiscais observarão às regras de retenção da Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, sob



pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionados no art. 1º deste Decreto.

17.2.1.3. O CONTRATADO deve ainda observar o disposto no **Art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1234/2012**, que rege:

Art. 6º Para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do caput do art. 4º, a pessoa jurídica deverá, no ato da assinatura do contrato, apresentar ao órgão ou à entidade declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV desta Instrução Normativa, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal.

17.2.2. Certidões de Regularidade Fiscal: Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria Estadual de Finanças e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda.

17.2.3. Certidão de Regularidade Social: Certidão de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

17.2.4. Certidões de Regularidade Trabalhista: Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT; Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social e Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes.

17.2.5. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento por erros cometidos pela CONTRATADA.

17.3. DAS RETENÇÕES:

17.3.1. O CONTRATANTE deve reter, na fonte, o Imposto de Renda, nos termos da **Instrução Normativa nº 1234/2012, da Receita Federal do Brasil**, sob a aplicação da prevista nesta instrução normativa, editada nos termos do **artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996**, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Autarquia, conforme a **Instrução Normativa nº 2145, de 26 de junho de 2023**.

17.3.2. As hipóteses de retenção na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da **IN RFB nº 1234/2012**.



17.3.3. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do **inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988**, devendo a CONTRATADA observar a **IN RFB nº 1234/2012** quando do envio dos documentos fiscais.

17.3.4. Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo CONTRATANTE, será entregue ao futuro CONTRATADO em até 60 (sessenta) dias após sua transmissão eletrônica a Receita Federal do Brasil.

17.4. PROCEDIMENTOS PARA O PAGAMENTO:

17.4.1. A nota fiscal deverá ser devidamente certificada pelo(s) setor(es) competente(s) quanto ao recebimento do **objeto**.

17.4.2. Caso haja Fiscal de Contrato o mesmo deverá apresentar relatório da entrega/execução do **objeto** faturado.

17.4.3. Toda documentação de cobrança deve ser conferida pelo Controle Interno antes de seu devido pagamento.

17.4.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE.

17.4.5. Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a entrega/execução **do objeto**, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

17.4.6. No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

17.4.7. A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;
- b) Se o **objeto** entregue/executado não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

17.4.8. Por ocasião do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber.



17.4.9. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, serão realizadas consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.4.10. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que regularize sua situação.

17.4.11. Não havendo regularização a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do Processo Administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

17.4.12. Havendo a efetiva execução **do objeto**, o pagamento deverá ser realizado normalmente, até que se decida pela sanção a ser aplicada, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

17.5. PRAZO PARA O PAGAMENTO:

17.5.1. O pagamento será efetivado, em favor da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos de cobrança descritos no **item 17.2 deste Instrumento e seus subitens**.

17.5.2. A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem, conforme preceitua o **Art. 145 da lei 14.133/21**.

17.5.3. Será considerada data do pagamento o dia em que for efetivada a transferência bancária e constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.5.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso, como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, será utilizada a seguinte fórmula:

$$I = \frac{(6\% \times 100)}{365}$$

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual= 6% (seis por cento), com vigência a partir da data de adimplemento da etapa;

EM = Encargos moratórios;



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

17.5.5. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento.

7.5.6. Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

18. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS:

18.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão na forma eletrônica, conforme discriminado no **Item 2.5 deste Termo de Referência**.

18.2. A proposta, que compreende a descrição dos equipamentos ofertados e preços unitários (por unidade), totais (unidade x valor unitário) e por lote (soma dos valores totais de todos os itens), que deverão ser compatíveis com o **Termo de Referência e seus anexos**, bem como atender a todas as suas exigências.

18.3. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências deste **Termo** e seus Anexos;
- b) Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c) Não atendam às características mínimas deste **Termo de Referência**.

18.4. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da licitação.

18.5. O VALOR DO ITEM 15 DO LOTE DEVERÁ TER SEU VALOR INVARIÁVEL NA PROPOSTA, POIS O MESMO TRATA-SE DE VALOR ESTIMATIVO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E PEÇAS DE REPOSIÇÃO.

19. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

19.1. Poderão participar deste Pregão interessados do ramo de atividade relacionada ao **objeto** e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes **deste Termo e seus Anexos** e estiverem habilitados juridicamente e economicamente, desde que:

- a) Desempenhem atividades pertinentes e compatíveis com o serviço deste Instrumento;



- b) Atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Instrumento.

19.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos **neste Instrumento e seus anexos** poderão acarretar em desclassificação da empresa.

19.3. A **Lei Federal nº 14.133**, estabelece os documentos de habilitação obrigatórios para a participação em licitações públicas. Esses documentos são essenciais para garantir que os licitantes tenham a capacidade técnica, financeira, jurídica e de conformidade com obrigações trabalhistas e tributárias para executar o objeto da licitação, sendo assim, com auxílio dos setores técnicos responsáveis, identificou-se que os seguintes documentos de habilitação devem ser exigidos no instrumento convocatório:

19.4. Habilitação Jurídica:

19.4.1. A habilitação jurídica visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, conforme preceitua o **Art. 66 da Lei 14.133/2021**. Serão exigidos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;
- e) Documentos pessoais do representante legal da empresa.

19.4.2. Os documentos descritos na **alínea “d”** deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

19.5. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:



- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- II. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- III. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
 - a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, conforme **Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21**;
 - b) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria Estadual de Finanças, conforme **Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21**; e
 - c) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, conforme **Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21**.
- IV. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, conforme **Art. 68, Inciso IV da Lei 14.133/21**;
- V. Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (**Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011**). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, conforme **Art. 68, Inciso V da Lei 14.133/21**;
- VI. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social e Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes (Em atendimento a **Recomendação nº 6616.2023, de 31 de agosto de 2023 do Ministério Público do Trabalho** a empresa deverá comprovar que atende o **Art. 51 do Decreto Federal nº 9578/2018** com redação conferida pelo **Decreto Federal nº 11479/2023 e Lei nº 8213/1991, Art. 93**, através de certidões (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>) e/ou documentos pertinentes, conforme **Art. 92, Inciso XVII da Lei 14.133/21**).

19.5.1. A cota de contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social e a contratação de Aprendizizes é uma obrigação contínua. O cumprimento das



cotas é uma exigência legal e trabalhista que deve ser mantida ao longo de toda a vigência do contrato com a administração pública, não se restringindo apenas à fase inicial da contratação.

19.5.2. Declaração Conjunta de:

- a) Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação;
- b) Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do **Artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002**, conforme **Art. 68, Inciso VI da Lei 14.133/21**;
- c) Declaração de inexistência de servidor público da ativa, nos quadros funcionais da empresa (sócio/administrador/diretor, etc...);
- d) Declaração de Conhecimento e concordância com todos os termos do **Termo de Referência e seus anexos** e de Cumprimento Pleno de todos os Requisitos de Habilitação exigidos;
- e) Declaração de que a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

19.5.3. Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pelo Pregoeiro.

19.6. Qualificação Econômico-Financeira:

19.6.1. A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato ou seu equivalente. Para isso será exigido, conforme preceitua o **Art. 69 da Lei 14.133/2021**:

- I. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica licitante, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.
- II. Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que



comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

19.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

19.7.1. A qualificação técnica indica a capacidade de um licitante de executar **o objeto** do contrato de forma adequada, demonstrando que ele possui a experiência, os equipamentos e o pessoal técnico necessários. O objetivo principal é garantir que a administração pública contrate um fornecedor tecnicamente apto para cumprir as obrigações estabelecidas no edital. Para isso será exigido:

- I. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o **objeto** desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s), por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou os serviços;
- II. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar, necessariamente, em nome do licitante e deve estar relacionado com a atividade pertinente e compatível com **o objeto**.

20. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS:

20.1. Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente **Termo de Referência**, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

20.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos poderão acarretar em desclassificação da empresa.

20.3. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos **Artigos 62 ao 70 da Lei 14.133/2021**:

20.4. Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) Suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar quando a penalidade foi aplicada pelo órgão ou entidade licitante, com fundamento no **Art. 14, Inciso III da Lei n. 14.133/2021**;
- b) Impedidas de participar de licitações ou de contratar, quando a penalidade foi aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou atingidas por outra vedação legal que conste do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), do Portal da



- Transparência, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e/ou da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
- c) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no **Art. 14, Inciso III da Lei n. 14.133/2021**;
 - d) Constituídas com o mesmo objeto e da qual participem sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do **Art. 46 da Lei nº 8.443/1992**, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;
 - e) Que se enquadrem nas vedações previstas no **Artigo 14 da Lei 14.133/2021**;
 - f) Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;
 - g) Que estejam reunidas em consórcio, de acordo com o **Art. 14 Inciso II da Lei 14.133/2021**, uma vez que o objeto se reveste de simplicidade e não envolve questões de alta complexidade e relevante vulto, pois as empresas isoladamente têm condições de suprir os requisitos de habilitação e não há restrição à competitividade (**Acórdãos TCU n. 2.457/2017- Plenário e n. 11196/2011-2ª Câmara**);
 - h) Estrangeiras que não funcionem no País;
 - i) Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

20.5. Nos termos do **Art. 5º do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018**, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

20.5.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (com amparo na interpretação sistemática do Art. 37, caput, da Constituição Federal, da Súmula Vinculante/STF nº 13, do Art. 18, inciso II, da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Art. 5º, Inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e do Art. 2º, Inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

20.6. Nos termos do Art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura CONTRATADA que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão CONTRATANTE.



21. PENALIDADES:

21.1. Comete infração administrativa, nos termos do **Art. 155 Lei nº 14.133/2021**, o CONTRATADO que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato ou seu equivalente;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no **Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções, conforme **Art. 156 Lei nº 14.133/2021**:

- a) Advertência;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 21.1 deste Instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme, **§4º, Art. 156 da Lei 14.133/21**;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 21.1 deste Instrumento, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme **§5º, Art. 156 da Lei 14.133/21**);



- d) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, conforme **§3º, Art. 156 e Art. 162 da Lei 14.133/21**;
- e) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial, conforme **§3º, Art. 156 e Art. 162, Parágrafo Único da Lei 14.133/21**).

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

21.4. A sanção prevista na **Alínea a do item 21.2 deste Instrumento** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na **Alínea a do item 21.1 deste Instrumento**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme **§2º, Art. 156 da Lei 14.133/21**.

21.5. A sanção estabelecida na **Alínea c do item 21.2 deste Instrumento** será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima desta Autarquia, ou seja, do Diretor Geral, conforme **§6º, Art. 156 da Lei 14.133/21**.

21.6. As sanções previstas nas **alíneas "a", "b" e "c" do item 21.2 deste Instrumento**, poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nas **alíneas "d" e "e" do mesmo item 21.2 deste Instrumento**, conforme **§7º, Art. 156 da Lei 14.133/21**).

21.7. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

21.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme **§8º, Art. 156 da lei 14.133/21**.

21.9. Na aplicação da sanção prevista nas **Alíneas "d" e "e" do item 21.2 deste Instrumento**, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme **Art. 157 da lei 14.133/21**.



21.10. A aplicação das sanções previstas no item 21.2 deste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, conforme §9º, Art. 156 da lei 14.133/21).

21.11. A aplicação das sanções previstas nas Alíneas “b” e “c” do item 21.2 deste Instrumento requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do Art. 158 e seus parágrafos da Lei 14.133/2021.

22. QUANTO À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

22.1. A empresa CONTRATADA deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade. São considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- I. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- VIII. Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento;
- IX. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

22.2. A CONTRATADA deverá, ainda, promover as práticas de sustentabilidade ambiental e adotar as seguintes práticas sustentáveis, quando couber:

- I. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada conforme legislação vigente;
- III. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- IV. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;



- V. Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI. Prover a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA; e
- VII. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

23. INFORMAÇÕES GERAIS:

23.1. Este **Termo de Referência** tem como base legal a **Lei nº 14.133/2021** – (Nova Lei de licitações e contratos); **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, dispõe sobre os princípios básicos que regem as contratações públicas, a exemplo do **artigo 37, XXI**, que estabelece o princípio da isonomia e a obrigatoriedade de licitação e **Lei nº 8.078/90** (Dispõe sobre a proteção do consumidor).

23.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as legislações bases citadas **no item 23.1** e demais normas aplicáveis.

23.3. Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 3322.5480 ou na sede do SAAE – Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Vilhena - RO, situado, na Avenida Major Amarante, nº 2788, Centro, Vilhena/RO, de segunda às sextas-feiras das 07h às 13h.

23.4. O presente **Termo de Referência** foi redigido por **Luiz Lobianco, Assistente Orçamentário e de Compras – Portaria nº 275/2024**, em conformidade com o **Estudo Técnico Preliminar** e aprovado por **Ricardo de Lima, Dec. nº 62.450/2024/PMV – Diretor Geral**.

24. DO FORO:

24.1. Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

25. ANEXOS:

25.1. São anexos deste **Termo de Referência**:

- ✓ ANEXO I: Quadro Comparativo de Preços.
- ✓ ANEXO II: Mapa de Riscos.
- ✓ ANEXO III: Modelo de Carta Proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

✓ ANEXO IV: Minuta de Contrato.

Vilhena/RO, 14 de janeiro de 2026.

RICARDO DE LIMA

Diretor Geral

Decreto nº 62.450/2024/PMV

Assinado eletronicamente

LUIZ LOBIANCO

Assistente Orçamentário e de Compras

Portaria nº 275/2024

Assinado eletronicamente

Assinado por:
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUAS E ESGOTOS
LUIZ LOBIANCO
 14/01/2026 10:03:37

Assinado por:
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUAS E ESGOTOS
RICARDO DE LIMA
 14/01/2026 11:58:59

